

## **Entrevista com Laurindo Leal Filho**

### **Ivonete da Silva Lopes**

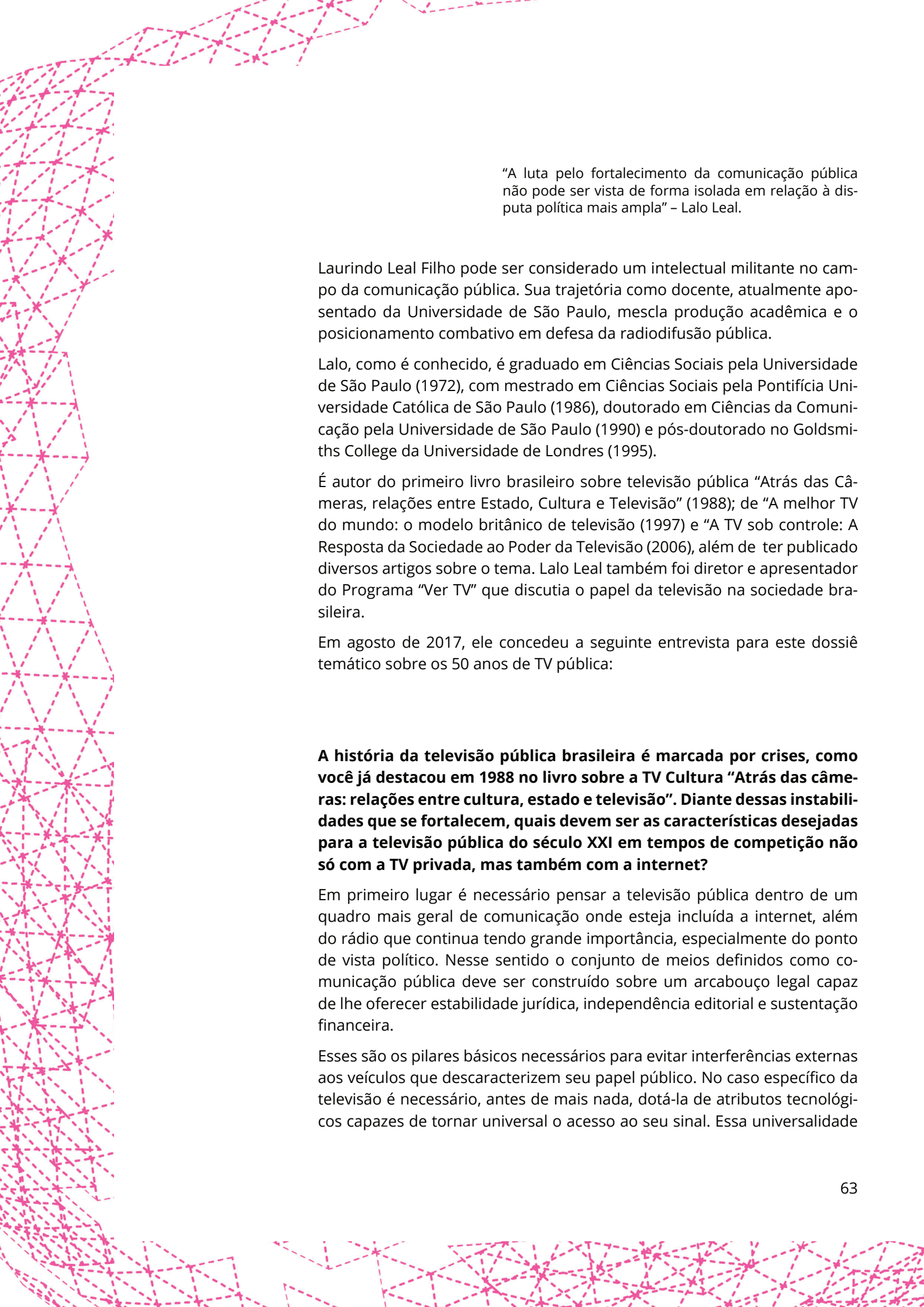
Doutora em Comunicação pela UFF. Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Contato: [ivonetesilvalopes@gmail.com](mailto:ivonetesilvalopes@gmail.com)

### **Patrícia Maurício**

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Contato: [patriciamauricio@puc-rio.br](mailto:patriciamauricio@puc-rio.br)



“A luta pelo fortalecimento da comunicação pública não pode ser vista de forma isolada em relação à disputa política mais ampla” – Lalo Leal.

Laurindo Leal Filho pode ser considerado um intelectual militante no campo da comunicação pública. Sua trajetória como docente, atualmente aposentado da Universidade de São Paulo, mescla produção acadêmica e o posicionamento combativo em defesa da radiodifusão pública.

Lalo, como é conhecido, é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1972), com mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1990) e pós-doutorado no Goldsmiths College da Universidade de Londres (1995).

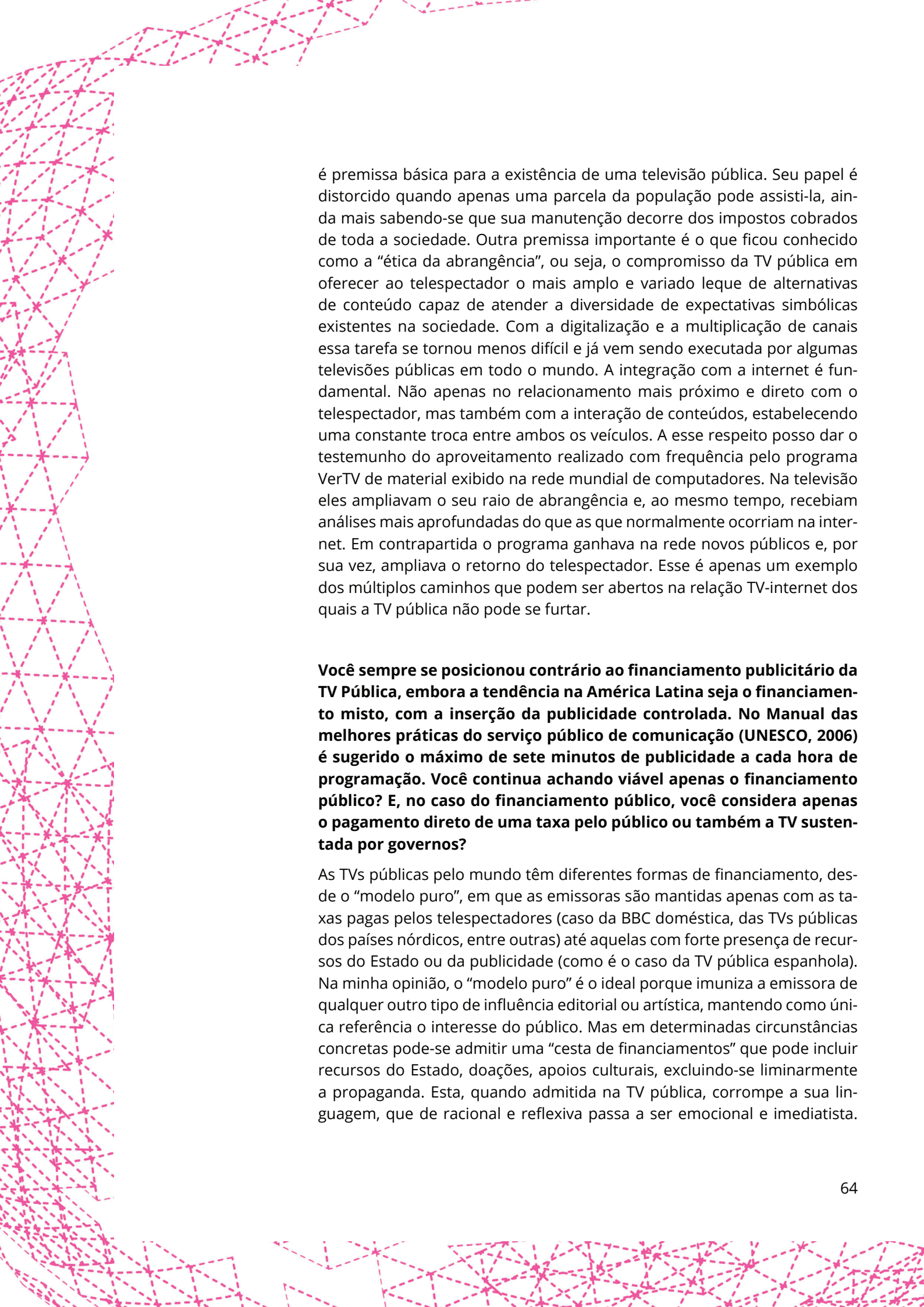
É autor do primeiro livro brasileiro sobre televisão pública “Atrás das Câmeras, relações entre Estado, Cultura e Televisão” (1988); de “A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão (1997) e “A TV sob controle: A Resposta da Sociedade ao Poder da Televisão (2006), além de ter publicado diversos artigos sobre o tema. Lalo Leal também foi diretor e apresentador do Programa “Ver TV” que discutia o papel da televisão na sociedade brasileira.

Em agosto de 2017, ele concedeu a seguinte entrevista para este dossiê temático sobre os 50 anos de TV pública:

**A história da televisão pública brasileira é marcada por crises, como você já destacou em 1988 no livro sobre a TV Cultura “Atrás das câmeras: relações entre cultura, estado e televisão”. Diante dessas instabilidades que se fortalecem, quais devem ser as características desejadas para a televisão pública do século XXI em tempos de competição não só com a TV privada, mas também com a internet?**

Em primeiro lugar é necessário pensar a televisão pública dentro de um quadro mais geral de comunicação onde esteja incluída a internet, além do rádio que continua tendo grande importância, especialmente do ponto de vista político. Nesse sentido o conjunto de meios definidos como comunicação pública deve ser construído sobre um arcabouço legal capaz de lhe oferecer estabilidade jurídica, independência editorial e sustentação financeira.

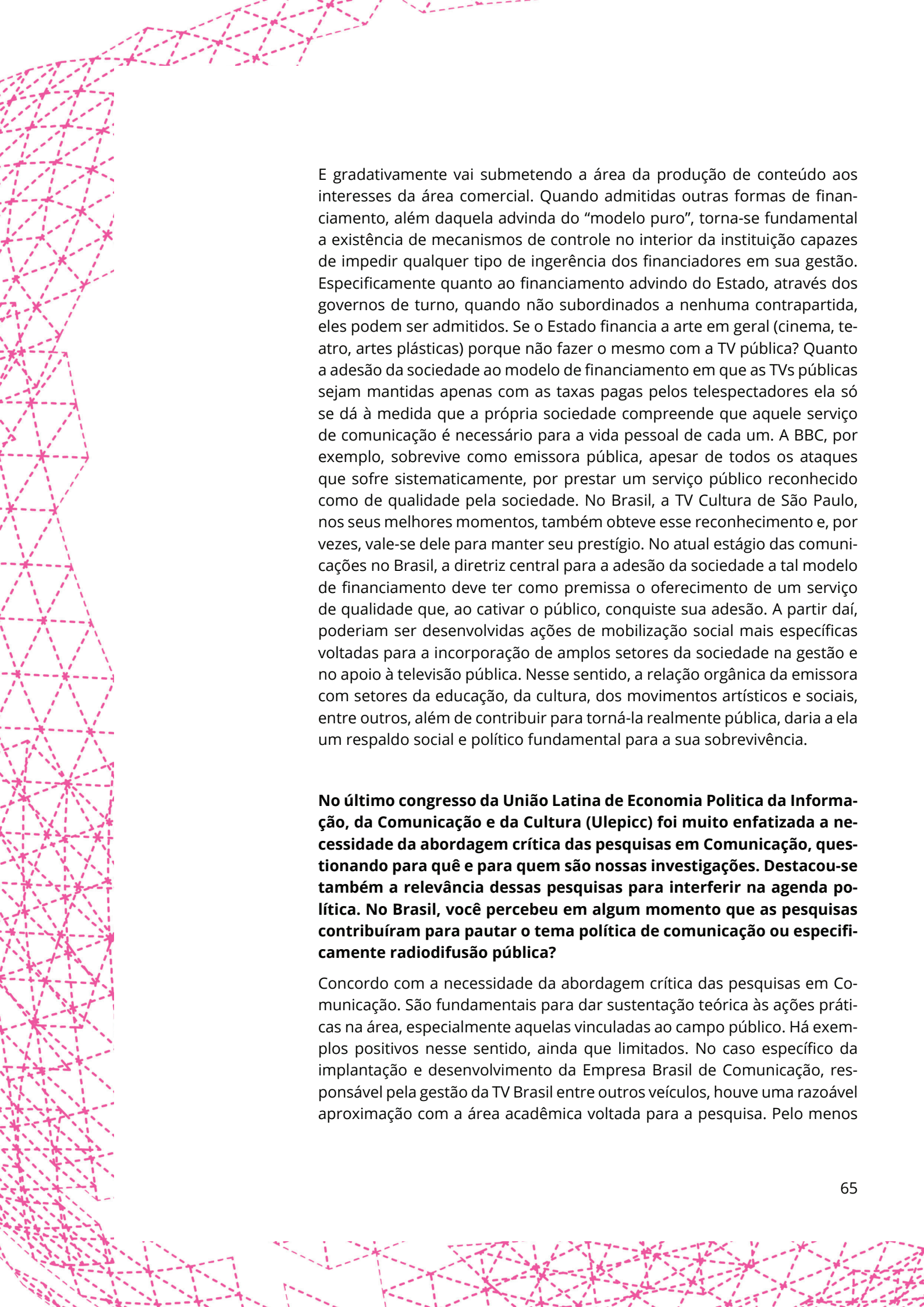
Esses são os pilares básicos necessários para evitar interferências externas aos veículos que descaracterizem seu papel público. No caso específico da televisão é necessário, antes de mais nada, dotá-la de atributos tecnológicos capazes de tornar universal o acesso ao seu sinal. Essa universalidade



é premissa básica para a existência de uma televisão pública. Seu papel é distorcido quando apenas uma parcela da população pode assisti-la, ainda mais sabendo-se que sua manutenção decorre dos impostos cobrados de toda a sociedade. Outra premissa importante é o que ficou conhecido como a “ética da abrangência”, ou seja, o compromisso da TV pública em oferecer ao telespectador o mais amplo e variado leque de alternativas de conteúdo capaz de atender a diversidade de expectativas simbólicas existentes na sociedade. Com a digitalização e a multiplicação de canais essa tarefa se tornou menos difícil e já vem sendo executada por algumas televisões públicas em todo o mundo. A integração com a internet é fundamental. Não apenas no relacionamento mais próximo e direto com o telespectador, mas também com a interação de conteúdos, estabelecendo uma constante troca entre ambos os veículos. A esse respeito posso dar o testemunho do aproveitamento realizado com frequência pelo programa VerTV de material exibido na rede mundial de computadores. Na televisão eles ampliavam o seu raio de abrangência e, ao mesmo tempo, recebiam análises mais aprofundadas do que as que normalmente ocorriam na internet. Em contrapartida o programa ganhava na rede novos públicos e, por sua vez, ampliava o retorno do telespectador. Esse é apenas um exemplo dos múltiplos caminhos que podem ser abertos na relação TV-internet dos quais a TV pública não pode se furtar.

**Você sempre se posicionou contrário ao financiamento publicitário da TV Pública, embora a tendência na América Latina seja o financiamento misto, com a inserção da publicidade controlada. No Manual das melhores práticas do serviço público de comunicação (UNESCO, 2006) é sugerido o máximo de sete minutos de publicidade a cada hora de programação. Você continua achando viável apenas o financiamento público? E, no caso do financiamento público, você considera apenas o pagamento direto de uma taxa pelo público ou também a TV sustentada por governos?**

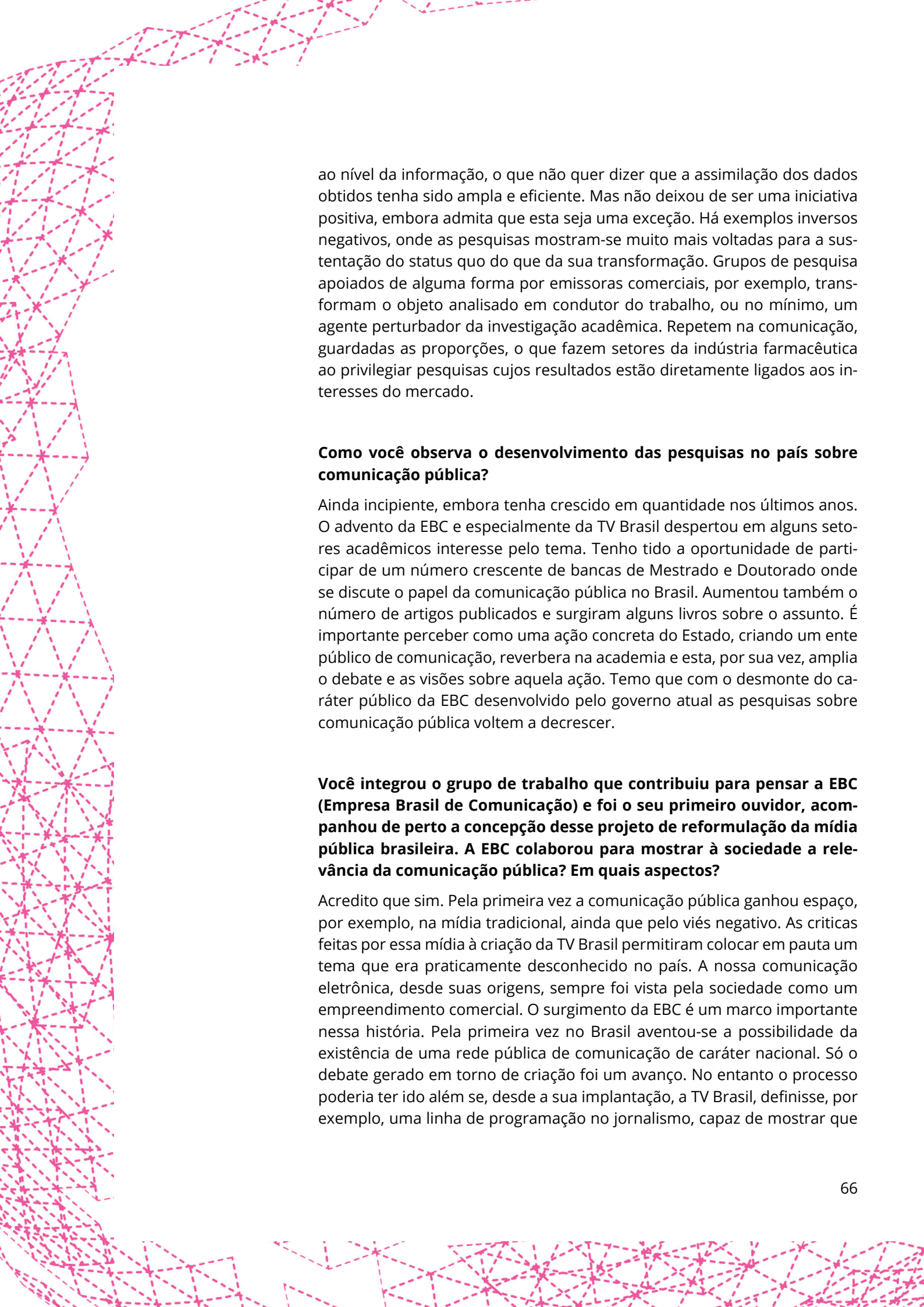
As TVs públicas pelo mundo têm diferentes formas de financiamento, desde o “modelo puro”, em que as emissoras são mantidas apenas com as taxas pagas pelos telespectadores (caso da BBC doméstica, das TVs públicas dos países nórdicos, entre outras) até aquelas com forte presença de recursos do Estado ou da publicidade (como é o caso da TV pública espanhola). Na minha opinião, o “modelo puro” é o ideal porque imuniza a emissora de qualquer outro tipo de influência editorial ou artística, mantendo como única referência o interesse do público. Mas em determinadas circunstâncias concretas pode-se admitir uma “cesta de financiamentos” que pode incluir recursos do Estado, doações, apoios culturais, excluindo-se liminarmente a propaganda. Esta, quando admitida na TV pública, corrompe a sua linguagem, que de racional e reflexiva passa a ser emocional e imediatista.



E gradativamente vai submetendo a área da produção de conteúdo aos interesses da área comercial. Quando admitidas outras formas de financiamento, além daquela advinda do “modelo puro”, torna-se fundamental a existência de mecanismos de controle no interior da instituição capazes de impedir qualquer tipo de ingerência dos financiadores em sua gestão. Especificamente quanto ao financiamento advindo do Estado, através dos governos de turno, quando não subordinados a nenhuma contrapartida, eles podem ser admitidos. Se o Estado financia a arte em geral (cinema, teatro, artes plásticas) porque não fazer o mesmo com a TV pública? Quanto a adesão da sociedade ao modelo de financiamento em que as TVs públicas sejam mantidas apenas com as taxas pagas pelos telespectadores ela só se dá à medida que a própria sociedade compreende que aquele serviço de comunicação é necessário para a vida pessoal de cada um. A BBC, por exemplo, sobrevive como emissora pública, apesar de todos os ataques que sofre sistematicamente, por prestar um serviço público reconhecido como de qualidade pela sociedade. No Brasil, a TV Cultura de São Paulo, nos seus melhores momentos, também obteve esse reconhecimento e, por vezes, vale-se dele para manter seu prestígio. No atual estágio das comunicações no Brasil, a diretriz central para a adesão da sociedade a tal modelo de financiamento deve ter como premissa o oferecimento de um serviço de qualidade que, ao cativar o público, conquiste sua adesão. A partir daí, poderiam ser desenvolvidas ações de mobilização social mais específicas voltadas para a incorporação de amplos setores da sociedade na gestão e no apoio à televisão pública. Nesse sentido, a relação orgânica da emissora com setores da educação, da cultura, dos movimentos artísticos e sociais, entre outros, além de contribuir para torná-la realmente pública, daria a ela um respaldo social e político fundamental para a sua sobrevivência.

**No último congresso da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc) foi muito enfatizada a necessidade da abordagem crítica das pesquisas em Comunicação, questionando para quê e para quem são nossas investigações. Destacou-se também a relevância dessas pesquisas para interferir na agenda política. No Brasil, você percebeu em algum momento que as pesquisas contribuíram para pautar o tema política de comunicação ou especificamente radiodifusão pública?**

Concordo com a necessidade da abordagem crítica das pesquisas em Comunicação. São fundamentais para dar sustentação teórica às ações práticas na área, especialmente aquelas vinculadas ao campo público. Há exemplos positivos nesse sentido, ainda que limitados. No caso específico da implantação e desenvolvimento da Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela gestão da TV Brasil entre outros veículos, houve uma razoável aproximação com a área acadêmica voltada para a pesquisa. Pelo menos



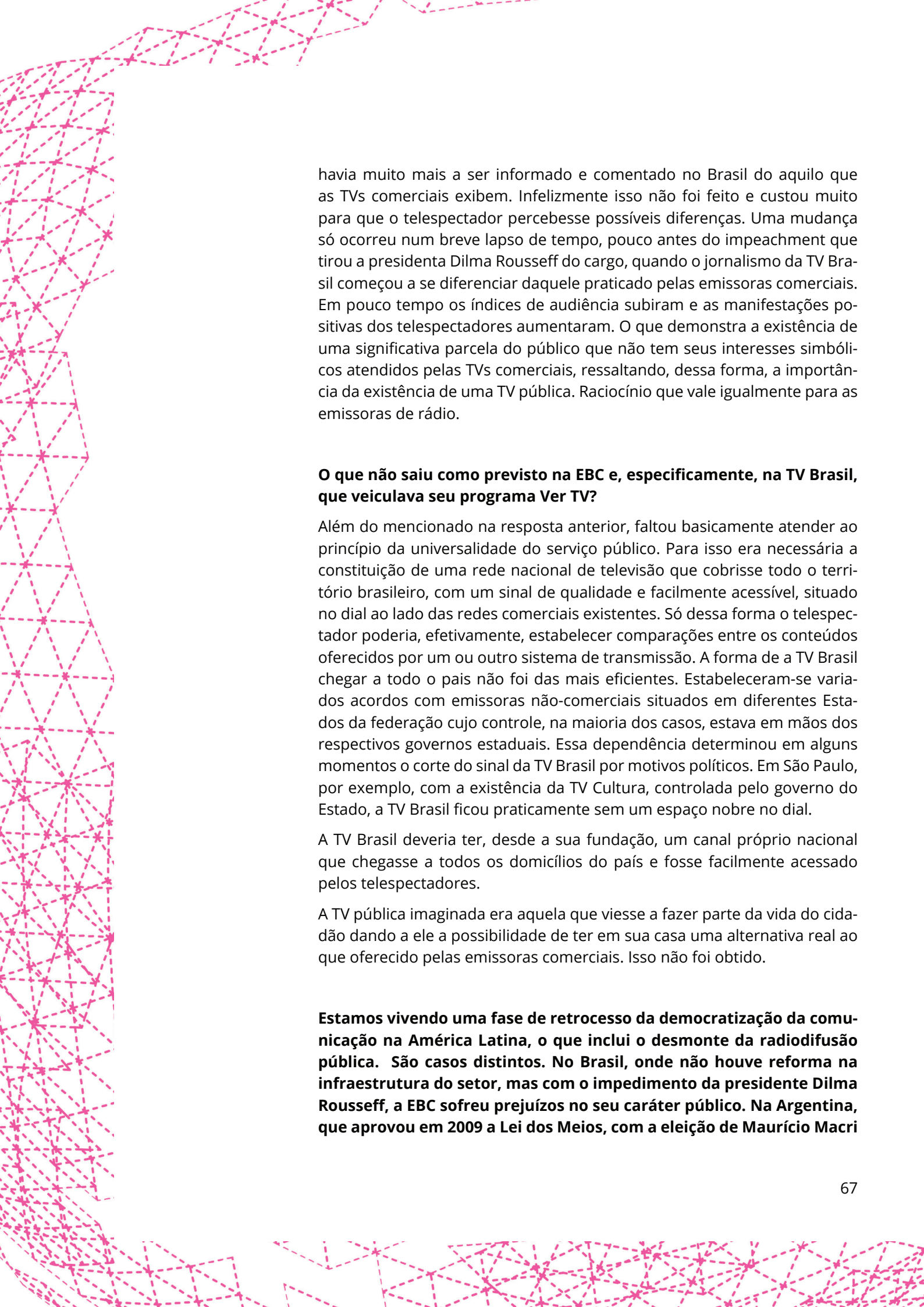
ao nível da informação, o que não quer dizer que a assimilação dos dados obtidos tenha sido ampla e eficiente. Mas não deixou de ser uma iniciativa positiva, embora admita que esta seja uma exceção. Há exemplos inversos negativos, onde as pesquisas mostram-se muito mais voltadas para a sustentação do status quo do que da sua transformação. Grupos de pesquisa apoiados de alguma forma por emissoras comerciais, por exemplo, transformam o objeto analisado em condutor do trabalho, ou no mínimo, um agente perturbador da investigação acadêmica. Repetem na comunicação, guardadas as proporções, o que fazem setores da indústria farmacêutica ao privilegiar pesquisas cujos resultados estão diretamente ligados aos interesses do mercado.

**Como você observa o desenvolvimento das pesquisas no país sobre comunicação pública?**

Ainda incipiente, embora tenha crescido em quantidade nos últimos anos. O advento da EBC e especialmente da TV Brasil despertou em alguns setores acadêmicos interesse pelo tema. Tenho tido a oportunidade de participar de um número crescente de bancas de Mestrado e Doutorado onde se discute o papel da comunicação pública no Brasil. Aumentou também o número de artigos publicados e surgiram alguns livros sobre o assunto. É importante perceber como uma ação concreta do Estado, criando um ente público de comunicação, reverbera na academia e esta, por sua vez, amplia o debate e as visões sobre aquela ação. Temo que com o desmonte do caráter público da EBC desenvolvido pelo governo atual as pesquisas sobre comunicação pública voltem a decrescer.

**Você integrou o grupo de trabalho que contribuiu para pensar a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) e foi o seu primeiro ouvidor, acompanhou de perto a concepção desse projeto de reformulação da mídia pública brasileira. A EBC colaborou para mostrar à sociedade a relevância da comunicação pública? Em quais aspectos?**

Acredito que sim. Pela primeira vez a comunicação pública ganhou espaço, por exemplo, na mídia tradicional, ainda que pelo viés negativo. As críticas feitas por essa mídia à criação da TV Brasil permitiram colocar em pauta um tema que era praticamente desconhecido no país. A nossa comunicação eletrônica, desde suas origens, sempre foi vista pela sociedade como um empreendimento comercial. O surgimento da EBC é um marco importante nessa história. Pela primeira vez no Brasil aventou-se a possibilidade da existência de uma rede pública de comunicação de caráter nacional. Só o debate gerado em torno de criação foi um avanço. No entanto o processo poderia ter ido além se, desde a sua implantação, a TV Brasil, definisse, por exemplo, uma linha de programação no jornalismo, capaz de mostrar que



havia muito mais a ser informado e comentado no Brasil do aquilo que as TVs comerciais exibem. Infelizmente isso não foi feito e custou muito para que o telespectador percebesse possíveis diferenças. Uma mudança só ocorreu num breve lapso de tempo, pouco antes do impeachment que tirou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, quando o jornalismo da TV Brasil começou a se diferenciar daquele praticado pelas emissoras comerciais. Em pouco tempo os índices de audiência subiram e as manifestações positivas dos telespectadores aumentaram. O que demonstra a existência de uma significativa parcela do público que não tem seus interesses simbólicos atendidos pelas TVs comerciais, ressaltando, dessa forma, a importância da existência de uma TV pública. Raciocínio que vale igualmente para as emissoras de rádio.

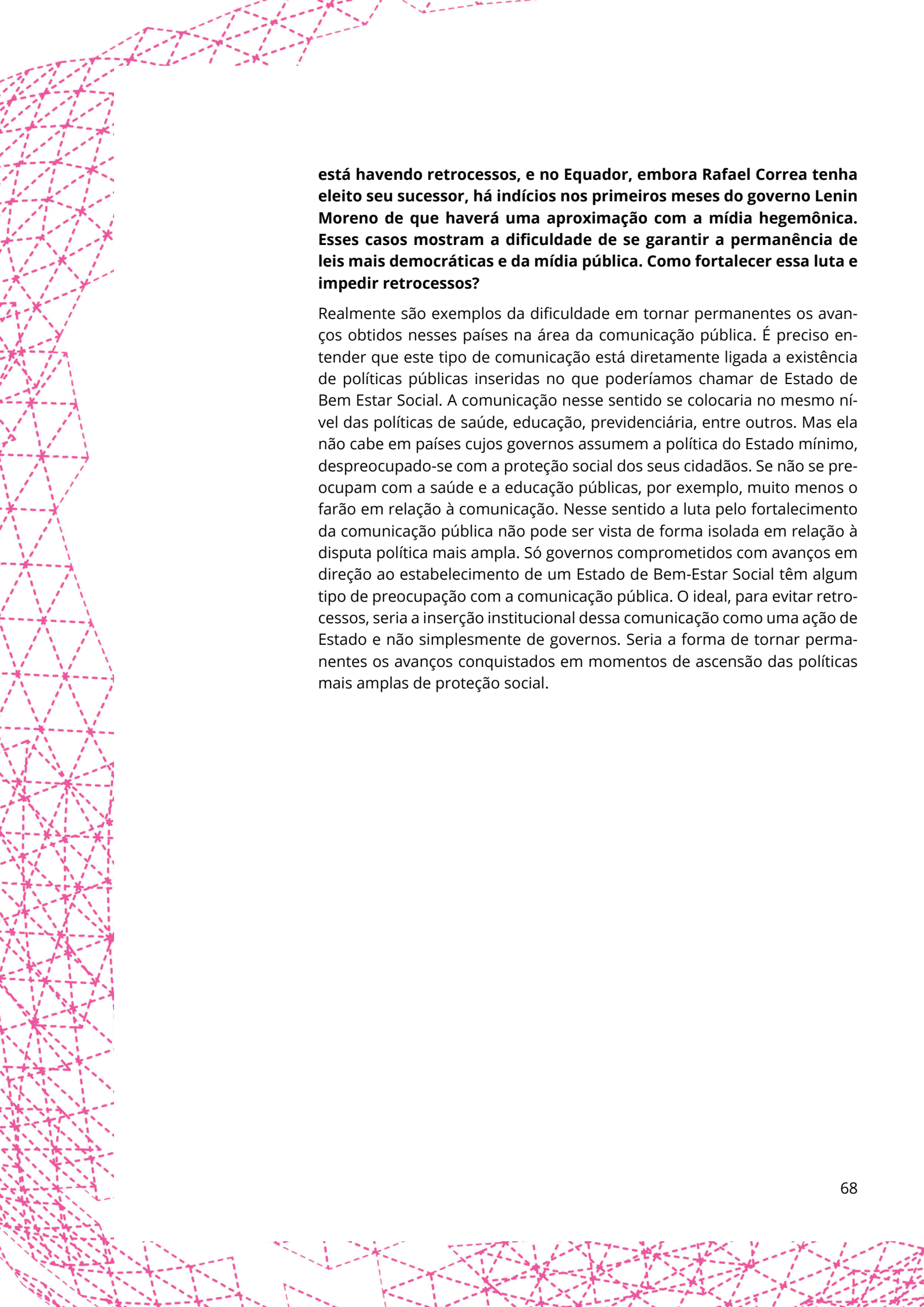
**O que não saiu como previsto na EBC e, especificamente, na TV Brasil, que veiculava seu programa Ver TV?**

Além do mencionado na resposta anterior, faltou basicamente atender ao princípio da universalidade do serviço público. Para isso era necessária a constituição de uma rede nacional de televisão que cobrisse todo o território brasileiro, com um sinal de qualidade e facilmente acessível, situado no dial ao lado das redes comerciais existentes. Só dessa forma o telespectador poderia, efetivamente, estabelecer comparações entre os conteúdos oferecidos por um ou outro sistema de transmissão. A forma de a TV Brasil chegar a todo o país não foi das mais eficientes. Estabeleceram-se variados acordos com emissoras não-comerciais situados em diferentes Estados da federação cujo controle, na maioria dos casos, estava em mãos dos respectivos governos estaduais. Essa dependência determinou em alguns momentos o corte do sinal da TV Brasil por motivos políticos. Em São Paulo, por exemplo, com a existência da TV Cultura, controlada pelo governo do Estado, a TV Brasil ficou praticamente sem um espaço nobre no dial.

A TV Brasil deveria ter, desde a sua fundação, um canal próprio nacional que chegasse a todos os domicílios do país e fosse facilmente acessado pelos telespectadores.

A TV pública imaginada era aquela que viesse a fazer parte da vida do cidadão dando a ele a possibilidade de ter em sua casa uma alternativa real ao que oferecido pelas emissoras comerciais. Isso não foi obtido.

**Estamos vivendo uma fase de retrocesso da democratização da comunicação na América Latina, o que inclui o desmonte da radiodifusão pública. São casos distintos. No Brasil, onde não houve reforma na infraestrutura do setor, mas com o impedimento da presidente Dilma Rousseff, a EBC sofreu prejuízos no seu caráter público. Na Argentina, que aprovou em 2009 a Lei dos Meios, com a eleição de Mauricio Macri**



**está havendo retrocessos, e no Equador, embora Rafael Correa tenha eleito seu sucessor, há indícios nos primeiros meses do governo Lenin Moreno de que haverá uma aproximação com a mídia hegemônica. Esses casos mostram a dificuldade de se garantir a permanência de leis mais democráticas e da mídia pública. Como fortalecer essa luta e impedir retrocessos?**

Realmente são exemplos da dificuldade em tornar permanentes os avanços obtidos nesses países na área da comunicação pública. É preciso entender que este tipo de comunicação está diretamente ligada a existência de políticas públicas inseridas no que poderíamos chamar de Estado de Bem Estar Social. A comunicação nesse sentido se colocaria no mesmo nível das políticas de saúde, educação, previdenciária, entre outros. Mas ela não cabe em países cujos governos assumem a política do Estado mínimo, despreocupado-se com a proteção social dos seus cidadãos. Se não se preocupam com a saúde e a educação públicas, por exemplo, muito menos o farão em relação à comunicação. Nesse sentido a luta pelo fortalecimento da comunicação pública não pode ser vista de forma isolada em relação à disputa política mais ampla. Só governos comprometidos com avanços em direção ao estabelecimento de um Estado de Bem-Estar Social têm algum tipo de preocupação com a comunicação pública. O ideal, para evitar retrocessos, seria a inserção institucional dessa comunicação como uma ação de Estado e não simplesmente de governos. Seria a forma de tornar permanentes os avanços conquistados em momentos de ascensão das políticas mais amplas de proteção social.